

Incrá dá terras a 455 famílias desalojadas

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Incra destinou 70 mil hectares no Município de Chapada dos Guimarães (MT) para o reassentamento de 455 famílias de agricultores retiradas ou desalojadas das reservas indígenas de Pimentel Barbosa, Nonoai, Parabubure (MT), Guarita e Tenente Portela (RS).

O projeto de colonização denominado Terranova II será implantado pela Cooperativa Agrícola Mista Canarana (Coopercana), e dá continuidade ao Terranova I, onde já vivem 600 famílias. O núcleo urbano do projeto Terranova II terá uma área de aproximadamente 3.600 hectares, onde serão localizados todos os serviços de apoio aos colonos. Os trabalhadores receberão títulos definitivos de propriedade com cláusulas resolutivas, que os impedirá de negociar a venda do lote sem a intervenção do Incra no prazo de cinco anos.

ÁREA PIONEIRA

Como se trata de área pioneira, os colonos, segundo o Incra, terão direito também a um lote urbano para moradia da família, onde poderão desenvolver culturas de subsistência e produzir hortigranjeiros.

O Terranova II terá lotes de tamanhos variáveis de acordo com a atividade a ser desenvolvida no local e pequenas parcelas de 1,5 a 1,7 hectares para plantação de hortigranjeiros, localizados junto aos lotes urbanos.

Os projetos de colonização Terranova I e II, segundo o Incra, fazem parte da gleba Teles Pires, com área total de 435 mil hectares, dos quais já foram desmembrados 200.480 hectares para implantação do Terranova I.

CONTAG

BRASÍLIA (O GLOBO) — A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) divulgou nota ontem dizendo que "o clima de medo e insegurança" entre os posseiros da Colônia Baixinho (PA), foi agravado no último domingo com a chegada de um batalhão da Polícia Militar e a prisão de um velho que foi "arrancado de sua casa e

Cimi; Índios ameaçam fazer demarcação por seus próprios meios

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) revelou ontem que os 50 índios guarani e 611 tupiniquins de Caetras Velhas, no Espírito Santo, estão dispostos a iniciar a demarcação de suas terras, por conta própria, caso a Funai não tome providências urgentes neste sentido.

A área, ocupada atualmente pela Aracruz Celulose e a Vale do Rio Doce, foi doada aos índios em 1610 e confirmada no século passado por d. Pedro II. No último dia 8, ao completar um ano que os tupiniquins retomaram as terras, eles decidiram iniciar a demarcação.

REDUÇÃO

Embora a área tenha 40 mil hectares, a Funai, o ano passado, fez a delimitação de 12 mil e prometeu demarcá-la até dezembro do mesmo ano. Nos dias 19 e 20 deste mês, depois da decisão dos índios, a Polícia Militar e a Polícia do Exército estiveram acampadas na área mas, diante atitude pacífica dos silvícolas, retiraram-se.

O superintendente administrativo da Funai, Octávio Ferreira Lima, disse que a demarcação da área já está no programa normal de trabalhos do órgão e é provável que seja executada ainda este ano.

Octávio Ferreira Lima observou que a Aracruz alegou que a demarcação proposta

inicialmente irá interferir nos seus projetos. "Estamos vendo a melhor maneira de solucionar o problema e o coronel Nobre da Veiga já pediu que o diretor do Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI), Cláudio Pagano, veja os problemas da área.

DESINFORMADOS

PORTO ALEGRE (O GLOBO) — "O grande problema para a integração do índio à sociedade é a falta de informação que existe por parte dele a respeito das intenções da Funai, que deseja lhe dar não só terras, como educação, alimentos e saúde, sem lhe tirar as tradições".

As afirmações são do diretor de Planejamento Comunitário da Funai, Ivan Zononi Hausen, que chegou à capital gaúcha para firmar convênios com o Governo estadual, visando regionalizar o atendimento ao índio. Além disso, Zononi Hausen cuidará da instalação de uma delegacia da entidade no Rio Grande do Sul.

O diretor da Funai culpou a imprensa pelo descontentamento dos índios, que reclamam da demora na devolução das reservas indígenas. Segundo Hausen, a imprensa "tenta resolver os problemas dos índios sem conhecer os planos da Funai, o que acaba deixando na cabeça dos indígenas a idéia de que o Governo não atende suas reivindicações porque não quer, quando na verdade o que existe é falta de terras disponíveis".